**Sociólogo da Universidade do Minho defende estatuto especial para ciganos**

Uma equipa liderada por Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho, defende a atribuição do estatuto de minoria étnica para as comunidades ciganas. Esta “discriminação positiva” deve ser aplicada sobretudo na educação, para combater as altas taxas de abandono precoce e insucesso escolar nas crianças e jovens, bem como para a necessária qualificação de adultos daquela etnia.

A ideia é proposta no livro “Sina Social Cigana - História, Comunidades, Representações e Instituições”, que é apresentado dia 21 de Junho, às 21h30, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga. A sessão conta com Manuel Carlos Silva e é moderada por Margarida Vilarinho, da associação Civitas, que organiza o evento. O livro reflete parte de um estudo que juntou durante cinco anos cientistas do Minho, Lisboa, Nova, Trás-os-Montes e Alto Douro, Amesterdão, além de finalistas de Sociologia da UMinho, e teve apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Manuel Carlos Silva, do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova\_UMinho), nota que “o Estado e os municípios refugiam-se no argumento jurídico de tratar todos por igual, seja qual for a etnia, mas isso conduz a uma certa inação política sobre as minorias étnicas e a realidade”. Daí que o estatuto de minoria étnica possa permitir “uma maior mobilidade” na educação entre a comunidade cigana: “Aumentar a sua taxa de formação média e superior vai reduzir as desigualdades e ter como possível efeito a inserção dos seus jovens e adultos em atividades nos sectores privado e público”, realça.

**Criar grupos interministeriais de inserção**

Estas pessoas diplomadas poderão, nos seus locais de trabalho e residências, contribuir para que as comunidades ganhem confiança nas instituições democráticas e se socializem, em conjunto com cidadã(o)s não ciganos, frisa a equipa de sociólogos. O “exercício recíproco da cidadania possibilitará construir pontes” para um efetivo relacionamento interétnico. Os autores citam no livro vários casos de boas práticas de integração em Portugal, mas também, embora sem generalizar, más práticas alimentadas por atores institucionais com responsabilidade, como alguns polícias e mesmo juízes. É ainda sugerida a criação, a nível nacional e local, de grupos de trabalho interministeriais para a inserção de cidadãos ciganos.

A obra foca ao longo das 300 páginas o quotidiano de famílias e grupos ciganos do distrito de Braga, nomeadamente na habitação em acampamentos e bairros sociais, na família e na escola, em particular nos níveis de escolaridade, nos modos de vida, no trabalho e nos rendimentos, nas relações de vizinhança, nos conflitos intra e interétnicos, nas representações sociais, nos rituais e nas crenças. Aborda igualmente contextos históricos de perseguição, estigmatização e racismo, seja flagrante ou subtil, institucional ou informal.

Este é o segundo livro editado pela equipa de investigação, após “Etnicidade, Nacionalismo e Racismo” (Afrontamento, 2014), que foi coordenado por Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral, da Universidade de Lisboa. Em breve sairão mais duas obras: uma sobre os imigrantes africanos no distrito de Braga; e outra sobre as práticas e representações da maioria e das instituições sobre ciganos e imigrantes africanos na região.

Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem - Universidade do Minho

Ciência na Imprensa Regional – Ciência Viva